



PROCESSO DE PROMOÇÃO 2025
QUADRO DO MAGISTÉRIO | ANOS: 2018 / 2019 / 2020 / 2021 / 2022 / 2023

009. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO ESPECIAL (DEFICIÊNCIA INTELECTUAL)

(OPÇÃO: 011)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

- 01.** Considerando o que estabelece a *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988, no parágrafo 1º de seu artigo 218, receberá tratamento prioritário do Estado a
- (A) preparação moral e cívica para a vida pública.
 - (B) educação financeira para a autonomia e o progresso individual.
 - (C) aprendizagem de conteúdos lógico-matemáticos.
 - (D) formação técnica e profissional no ensino médio.
 - (E) pesquisa científica básica e tecnológica.
- 02.** Marcelo, aluno do 3º ano do ensino fundamental na rede estadual de São Paulo, tem faltado frequentemente às aulas sem apresentar justificativa, prejudicando seu desempenho. Após esgotarem os recursos internos, conforme o artigo 56 da Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*), os dirigentes escolares devem
- (A) solicitar a transferência de Marcelo para uma unidade escolar mais próxima de sua residência.
 - (B) comunicar o caso ao Conselho Tutelar.
 - (C) instaurar uma comissão para investigar as condições familiares do estudante.
 - (D) solicitar um assistente socioeducativo para acompanhar o estudante.
 - (E) solicitar a suspensão dos benefícios sociais recebidos pela família do estudante.
- 03.** O artigo 1º da Lei nº 9.394/1996, em seu parágrafo 2º, estabelece que a educação escolar deverá vincular-se
- (A) ao mundo do trabalho e à prática social.
 - (B) aos valores da família e à prática moral.
 - (C) ao exercício partidário e à prática cívico-democrática.
 - (D) ao academicismo e à prática científica.
 - (E) ao contexto de internacionalização e à prática global.
- 04.** No documento *Currículo Paulista* (2019), as competências gerais propostas pela *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) são
- (A) reiteradas.
 - (B) retificadas.
 - (C) abreviadas.
 - (D) preteridas.
 - (E) flexibilizadas.
- 05.** Entre as diretrizes traçadas para o *Plano Estadual de Educação de São Paulo* (Lei nº 16.279/2016), em seu artigo 2º, está a
- (A) consolidação das metodologias ativas, com ênfase nas habilidades socioemocionais e na resolução de problemas como metas de desenvolvimento.
 - (B) redução do analfabetismo, com prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes.
 - (C) promoção do ensino híbrido como pressuposto de realização da Educação Básica, em todas as suas etapas.
 - (D) formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.
 - (E) ampliação do atendimento escolar em todo o território estadual, com manutenção dos índices de qualidade da educação alcançados na capital.
- 06.** A *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (Decreto nº 6.949/2009), em seu artigo 2, apresenta uma lista de definições. Uma delas equivale à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, mas sem excluir as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias. Trata-se
- (A) do projeto integrador.
 - (B) do desenho universal.
 - (C) da terminalidade específica.
 - (D) da tecnologia assistiva.
 - (E) da intervenção material.
- 07.** A *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021) afirma que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço disponibilizado para estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial. De acordo com o documento, o referido serviço tem como característica ser
- (A) realizado exclusivamente em salas de aula regular.
 - (B) disponibilizado exclusivamente em salas de recursos.
 - (C) substitutivo ao ensino regular comum.
 - (D) equivalente ou próximo a um reforço escolar institucionalizado.
 - (E) complementar ou suplementar no apoio do processo de aprendizagem.

08. De acordo com o inciso V do artigo 4º da Resolução nº 1/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, é correto afirmar que
- (A) a inserção curricular da Educação em Direitos Humanos deve dar-se sempre de forma interdisciplinar, evitando-se abordá-la como conteúdo específico das disciplinas já existentes.
 - (B) os Direitos Humanos são de caráter essencialmente liberal e individual.
 - (C) a Educação em Direitos Humanos envolve reparação das diferentes formas de violação de direitos.
 - (D) os Direitos Humanos aplicam-se prioritariamente a cidadãos em vulnerabilidade, como aqueles em situação prisional ou outra forma de privação de liberdade.
 - (E) o princípio que fundamenta a Educação em Direitos Humanos é a prevalência jurídica das minorias.
09. O artigo 78 da Lei nº 9.394/1996 (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*) estabelece que o Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar _____ aos povos indígenas.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- (A) adaptada e flexível
 - (B) compensatória e supletiva
 - (C) bilíngue e intercultural
 - (D) híbrida e globalizada
 - (E) profissionalizante e tecnológica
10. Tendo em vista os princípios e as diretrizes da política migratória brasileira (especificamente, o artigo 3º da Lei nº 13.445/2017), é correto afirmar que o acesso do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social é
- (A) igualitário e livre.
 - (B) variável, em razão dos critérios de admissão em território nacional.
 - (C) vetado a cidadãos apátridas.
 - (D) vetado a residentes fronteiriços, exceto em caso de acordo de cooperação entre países.
 - (E) concedido em função da lei do país de origem do migrante, preservando a isonomia.
11. Assinale a alternativa que apresenta uma asserção coerente com o que pressupõe e determina o Decreto nº 55.588/2010.
- (A) Transexuais e travestis possuem orientação sexual comprovadamente distinta do sexo biológico.
 - (B) O direito à escolha de tratamento nominal por transexuais e travestis é reservado ao contexto das organizações civis.
 - (C) A redesignação sexual é condição necessária e suficiente para a garantia do direito à escolha de tratamento nominal.
 - (D) Os direitos da diversidade sexual constituem direitos humanos e sua proteção requer ações efetivas do Estado.
 - (E) Toda pessoa tem direito a ser tratada, preferencialmente, de forma correspondente ao seu sexo biológico.
12. De acordo com o documento *Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (2004), assinale a alternativa correta.
- (A) O Conselho Escolar tem funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, que se orientam para a construção de uma educação de qualidade social.
 - (B) O Conselho Escolar tem atuação fundamental, mas limitada, sendo-lhe vetado o acompanhamento da gestão administrativo-financeira das unidades escolares.
 - (C) A cultura patrimonialista é um dos fundamentos que subsidiam a atuação do Conselho Escolar, instância também encarregada de proteger o bem comum.
 - (D) O projeto político-pedagógico elaborado por especialistas e aprovado pelo Conselho Escolar tem a vantagem de representar com maior precisão os anseios da comunidade.
 - (E) Compete ao Conselho Escolar incentivar a autonomia e a improvisação pedagógica, valorizando a experiência acumulada dos profissionais.

13. Leia o excerto a seguir:

“Uma professora de uma escola municipal de Queimados, na Baixada Fluminense, foi afastada após responsáveis de alunos denunciarem declarações racistas postadas em uma rede social. A Secretaria de Educação abriu um procedimento disciplinar para averiguar a denúncia. [...]”

Segundo as denúncias, foram postadas nas redes sociais de Michele frases como ‘a penalidade para quem comete racismo contra brancos deveria ser morar na África’; e ‘acho que vou passar carvão na pele para trabalhar em Queimados. Não vai adiantar. Só se eu fosse corrupta’.”

(G1 Rio, 04.09.2024. Adaptado)

Considerando o que expõe o parágrafo único do artigo 6º da Resolução CNE/CP nº 1/2004, que institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, se houver comprovação de racismo na conduta da professora, o caso deve ser tratado como

- (A) contravenção grave resultante em suspensão preventiva.
- (B) crime imprescritível e inafiançável.
- (C) irregularidade institucional cabível de procedimento disciplinar.
- (D) infração penal passível de multa fixada em 10 salários mínimos.
- (E) infração administrativa inimputável.

14. Azambuja e Silva (2024) observam que, como as tecnologias da inteligência e da cultura se desenvolvem em uma velocidade cada vez maior, o educador precisa

- (A) evitar a entrada na escola das tecnologias cognitivo-culturais, nocivas ao desenvolvimento da criança.
- (B) preparar-se para sua gradual substituição pela inteligência artificial em tarefas criativas e de pensamento crítico, em um processo denominado *technocrítico*.
- (C) atualizar-se do ponto de vista do domínio das novas tecnologias intelectuais e culturais em um processo conhecido como *technotização*.
- (D) especializar-se nos conhecimentos tecnocientíficos, armazenando de modo crescente e contínuo conhecimentos cada vez mais especializados.
- (E) submeter-se ao caráter inexorável da ascensão das inteligências artificiais e da cultura digital, passando a utilizá-las intensamente em sua atuação.

15. Ao abordarem o tema da avaliação e discutirem o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados, Carvalho e Menezes (*in Carvalho et al.*, 2007) apresentam algumas considerações sobre o que se denomina *efeito-escola*. A esse respeito, os dois pesquisadores concordam que

- (A) há uma estabilidade no efeito-escola que se mantém linear em diferentes contextos sociais, públicos ou privados.
- (B) o efeito-escola permanece inalterado quando a instituição se une à família, embora isso potencialize a qualidade das relações democráticas.
- (C) os efeitos da escola são mais significativos a curto prazo, ao passo que os efeitos da família e da comunidade são mais expressivos a longo prazo.
- (D) a escola é a maior responsável pelo desempenho do aluno, e aprimorar seu efeito melhora a aprendizagem em taxas próximas a 90%.
- (E) a escola tem um efeito relativo nos ganhos de aprendizagem de crianças e adolescentes, pois há outros fatores com impacto significativo.

16. Paula é professora do ensino fundamental na rede estadual de São Paulo e recentemente foi transferida para uma nova unidade. Após algumas semanas de trabalho, ela já se sente adaptada ao ambiente e está aliviada com a sensação de que, nesta nova equipe, não há conflitos, diferentemente da escola onde lecionava antes, marcada por tensões explícitas. Considerando a perspectiva de Ceccon *et al.* (2009), a percepção de Paula acerca da nova equipe é

- (A) equivocada, pois a real ausência de conflitos decorre de apatia e falta de compromisso do grupo.
- (B) equivocada, pois conflitos são sempre construtivos, direcionando ao avanço da equipe.
- (C) equivocada, pois conflitos são inerentes às interações e, portanto, não podem ser eliminados.
- (D) acertada, pois, onde existe diversidade, movimento e diálogo, não existe conflito.
- (E) acertada, pois a ocorrência de conflitos denota violências implícitas às relações de um grupo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

17. Entre as técnicas apresentadas por Lemov (2023) em seu livro *Aula nota 10 3.0: 63 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula*, há algumas especificamente voltadas à preparação da aula. A esse respeito, conforme as proposições do autor, a técnica *Planeje em dobro* consiste em
- (A) manter atenção redobrada quanto ao domínio dos conteúdos, evitando que erros possam ocorrer durante a aula.
 - (B) programar atividades a serem realizadas em duplas de alunos, já que a aprendizagem por pares é a técnica mais eficiente de acordo com estudos científicos.
 - (C) abranger o dobro do tempo de aula disponível, de modo que sempre haja atividades para propor aos alunos que terminam antes do previsto.
 - (D) planejar não apenas o que o professor deverá fazer em cada etapa das atividades, mas também o que os alunos deverão fazer.
 - (E) elaborar o planejamento pedagógico em duplas, para que a responsabilidade pelas escolhas didáticas possa ser compartilhada.
18. Segundo Lemov (2023), quando os alunos conseguem ler com fluência, sua memória de trabalho é liberada para pensar com mais profundidade sobre o texto, e sua compreensão e habilidade para analisar aumentam. Para o autor, a leitura fluente é um exemplo do seguinte princípio:
- (A) hábitos aceleram a aprendizagem.
 - (B) a capacidade da memória de trabalho é ilimitada.
 - (C) não esquecemos aquilo que aprendemos.
 - (D) a aprendizagem é inversamente proporcional à atenção.
 - (E) a motivação para a aprendizagem é determinada por fatores internos ao indivíduo.
19. Em suas ponderações acerca da inclusão escolar, Mantoan (2015) endossa a proposição de
- (A) uma lógica baseada na igualdade enquanto categoria assegurada por princípios liberais.
 - (B) uma ética fundada na tolerância das deficiências enquanto definidoras do sujeito.
 - (C) uma naturalização das diferenças, pois são marcas indelévels de quem foge à normalidade.
 - (D) uma perspectiva pautada pela adaptação curricular na escola comum, conforme o modelo das escolas especiais.
 - (E) uma tomada da diferença como parâmetro, sem que a igualdade seja fixada como norma.
20. Ao planejar o final de seu semestre letivo, o professor Ângelo está se organizando para dar aos estudantes de sua turma um retorno quanto às atividades feitas no período. Tendo lido recentemente o livro de Williams (2005), Ângelo se prepara para dar um *feedback equilibrado*, o qual, para o autor, consiste no equilíbrio entre
- (A) a devolutiva coletiva e a individual.
 - (B) o retorno positivo e o corretivo.
 - (C) a linguagem firme e a tranquila.
 - (D) a avaliação feita pelo professor e a feita por pares.
 - (E) o rigor e a condescendência.
21. De acordo com Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013), o documento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz a definição de pessoa com deficiência como sendo aquela que tem impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais
- (A) são eliminados quando as barreiras comunicacionais são adaptadas para esse público.
 - (B) diferem em nível de intensidade e acometimento de acordo com a predisposição genética familiar.
 - (C) possuem como marcador biológico o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor.
 - (D) podem, em interação com diversas barreiras, obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade.
 - (E) podem ser eliminados por meio de estimulação precoce e educação especializada.
22. Para Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013), em relação à educação, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência defende um sistema
- (A) especializado para pessoas com deficiência.
 - (B) inclusivo em todos os níveis.
 - (C) normalizador da diferença.
 - (D) integrativo e de suporte.
 - (E) oportuno para a justiça social.
23. De acordo com Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013), com base na classificação da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento de 2006, a Deficiência Intelectual é compreendida como uma condição caracterizada por
- (A) atraso do funcionamento cognitivo, social, físico e perceptivo em relação aos pares de mesma idade, originados por complicações perinatais ou traumatismos cranianos.
 - (B) manifestações biopsicológicas relacionadas a vocalizações e tiques, comportamentos infantilizados, com identificação dos principais sintomas e características na primeira infância.
 - (C) limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas, manifestadas antes dos dezoito anos de idade.
 - (D) limitações intelectuais devidas a componentes genéticos associados a síndromes cromossômicas hereditárias, que afetam o desenvolvimento cognitivo e sensorial.
 - (E) herança genética de rebaixamento cognitivo por conta de carência de nutrientes e pré-natal realizado de maneira inadequada, podendo ser alterado com intervenção precoce.

24. A autora Trentin (2018) aponta que Vygotsky parte do pressuposto de que as leis que regem o desenvolvimento das crianças com deficiência e das crianças sem deficiência
- (A) são as mesmas, aplicando-se o mesmo teor ao processo de ensino e de aprendizagem.
 - (B) podem se assemelhar caso a criança receba intervenções precoces robustas e multidisciplinares.
 - (C) diferenciam-se por abrangerem áreas neuropsicológicas distintas relacionadas à atenção e aprendizagem.
 - (D) divergem em relação à velocidade de processamento de informações e às formas de aprender.
 - (E) distinguem-se em relação aos fatores sociais, necessitando, para tal, de ensino diferenciado.
25. Ao discorrer sobre a teoria de Vygotsky, Trentin (2018) enfatiza a mediação como primordial na educação escolar no que se refere à zona de desenvolvimento proximal (ZDP), pois é por meio dela que ocorre
- (A) a assimilação e acomodação dos conteúdos curriculares aprendidos.
 - (B) o desenvolvimento do aluno para posteriormente ocorrer a aprendizagem.
 - (C) a identificação das múltiplas inteligências e das dificuldades conceituais.
 - (D) a equilibrção entre o que o aluno sabe e o que ele ainda não sabe.
 - (E) a transformação do processo interpessoal para o processo intrapessoal.
26. Segundo Trentin (2018), para a defectologia, as crianças comprometidas por alguma deficiência se desenvolvem de maneira peculiar, sendo esse um aspecto
- (A) irrelevante no paradigma de inclusão, no qual todos devem receber os mesmos estímulos.
 - (B) primordial para a diferenciação e encaminhamento desses alunos para as classes especiais.
 - (C) que fica em segundo plano, sendo o objetivo precípuo desse aluno na escola a socialização.
 - (D) que o professor precisa compreender para evitar compará-las com as demais crianças.
 - (E) que influencia no fato dessas crianças constituírem um grupo homogêneo de alunos.
27. Trentin (2018) aponta que, no contexto inclusivo, a avaliação da aprendizagem precisa estar voltada para a compreensão das necessidades educacionais dos alunos, apontando para
- (A) práticas que valorizem a repetição das atividades para alguns alunos.
 - (B) necessidade de avaliação contínua e qualitativa da aprendizagem.
 - (C) ações que permitam, ao professor, comparar os alunos entre si.
 - (D) adoção de métricas pré-estabelecidas de mensuração de conhecimento.
 - (E) demanda de nivelção dos alunos no processo de aprendizagem.
28. Joana, professora do PEB II, estudou sobre um modelo de trabalho que envolve a parceria entre o professor de Educação Especial e o professor do ensino comum, com base na abordagem social da deficiência que pressupõe modificações na escola e qualificação do ensino ministrado em sala comum. De acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), trata-se do modelo
- (A) da mediação pedagógica.
 - (B) do *mainstreaming*.
 - (C) do ensino itinerante.
 - (D) do coensino.
 - (E) da sala de recursos.
29. Omote (em Rodrigues; Capellini e Santos, 2014) relata que a proposta de educação especial no Brasil caracterizada por uma preocupação higienizadora, refletindo na instalação de escolas em hospitais e promovendo maior segregação de atendimentos aos estudantes com deficiência, foi denominada de vertente
- (A) integracionista.
 - (B) médico-pedagógica.
 - (C) psicopedagógica.
 - (D) de suporte.
 - (E) institucionalizadora.

- 30.** De acordo com Omote (em Rodrigues; Capellini e Santos, 2014), a Educação representa um duplo caminho no combate às exclusões e desigualdades sociais. De um lado, as minorias podem encontrar alternativas de efetiva inserção social e, de outro, as novas gerações, com outra mentalidade acerca da diversidade, podem construir novos modos de convívio e relações interpessoais entre os diferentes. Para o autor, ambos os caminhos são permeados
- (A) pela educação inclusiva.
 - (B) pela valorização do novo.
 - (C) pelo desejo intrínseco de mudança.
 - (D) pelo paradigma de suportes.
 - (E) pelo combate à diferença.
- 31.** De acordo com o Currículo Paulista (2020), atualmente a inclusão escolar dos estudantes com deficiência nas classes comuns da Educação Básica deve levar em consideração
- (A) a existência de escolas especializadas com propostas pedagógicas inclusivas.
 - (B) o encaminhamento para escolas e instituições especializadas públicas.
 - (C) as demandas específicas de cada aluno no contexto escolar.
 - (D) o fomento de parcerias por meio de atendimento multiprofissional.
 - (E) a transferência de alunos, quando necessário, para classes especiais.
- 32.** Para Smith (2008), a educação especial deve sempre ter como base
- (A) a oferta de educação individualizada em locais próprios e específicos para tal.
 - (B) a disponibilidade de serviços em escolas próximas da residência dos alunos.
 - (C) a elaboração de um currículo especializado para os alunos com deficiência.
 - (D) o oferecimento de maneiras alternativas de avaliação da aprendizagem.
 - (E) as necessidades individuais dos alunos e de suas famílias.
- 33.** Santos (2012) afirma que a pessoa com deficiência intelectual possui condições estruturais e funcionais que comprometem a adaptação ao ambiente e a ampla aquisição de informações. Nesse caso, o professor precisa considerar que
- (A) o processo de ensino-aprendizagem tradicional das escolas é suficiente para a promoção educacional do aluno.
 - (B) os atendimentos na sala de recursos devem ser individualizados e com recursos especializados.
 - (C) a aprendizagem desses alunos estará restrita ao nível cognitivo apontado nos testes psicológicos e relatórios médicos.
 - (D) estratégias especializadas que atuam no processo de ensino-aprendizagem se fazem altamente necessárias.
 - (E) a inclusão se efetivará quando esses alunos estudarem com pares com as mesmas condições de aprendizagem.
- 34.** Segundo Santos (2012), no caso de alunos com deficiência intelectual, o enfoque educacional e de aprendizagem deve
- (A) transpor o modelo médico para uma ênfase na funcionalidade.
 - (B) considerar a impossibilidade de mudança dos níveis de aprendizagem.
 - (C) atuar para uma completa reversão do quadro de deficiência.
 - (D) entender as dificuldades como características do aluno e, portanto, imutáveis.
 - (E) ponderar que a capacidade de aprender é extrínseca ao aluno.
- 35.** Para Santos (2012) a determinação de incapacidade do sujeito dependerá da impossibilidade a que se refere, sendo ela uma condição e, portanto,
- (A) imutável mesmo com intervenções.
 - (B) passível de alteração.
 - (C) permanente por toda vida.
 - (D) fluida em relação às dificuldades.
 - (E) flexível em determinado nível.

- 36.** A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como um de seus objetivos:
- (A) garantir o acesso ao ensino especial na educação básica por meio de portarias e legislações próprias.
 - (B) concentrar o ensino do público-alvo da educação especial em escolas e instituições especiais.
 - (C) orientar os sistemas de ensino para garantir transversalidade da modalidade de educação especial.
 - (D) promover capacitação de profissionais da saúde e equipes multidisciplinares para o atendimento ao aluno com deficiência.
 - (E) erradicar o ensino ofertado por instituições filantrópicas voltadas à educação especial.
- 37.** O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) atenta para o fato de que as definições de seu público-alvo devem ser
- (A) ambíguas.
 - (B) dialéticas.
 - (C) permanentes.
 - (D) quantitativas.
 - (E) contextualizadas.
- 38.** Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre
- (A) o processo de autoritarismo da educação que se evidencia no paradoxo institucionalização e exclusão.
 - (B) uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades.
 - (C) em formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos.
 - (D) nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.
 - (E) no atendimento educacional às pessoas com deficiência que passa a ser fundamentado na perspectiva psicopedagógica.
- 39.** De acordo com o documento Currículo Paulista: Etapa Ensino Médio (2020), um dos pontos focais de sua elaboração consiste
- (A) no compromisso com a redução das deficiências educacionais apresentadas pelos alunos.
 - (B) em considerar a transversalidade do ensino especializado nos anos finais da Educação Especial.
 - (C) na proposta de um currículo universal que abarque todas as formas de aprendizado.
 - (D) na equidade e no reconhecimento de que as necessidades dos estudantes são diferentes.
 - (E) em pressupor claro compromisso de garantir escolas especiais a grupos específicos.
- 40.** O documento Currículo Paulista: Etapa Ensino Médio (2020) assinala que a implementação do Currículo nas redes de ensino do Estado de São Paulo pressupõe um claro compromisso em garantir Educação Básica a segmentos da população paulista que, devido às distintas características,
- (A) requerem atendimento educacional inclusivo para efetivar seu direito à educação.
 - (B) demandam reforço pedagógico através de parcerias com instituições de reabilitação.
 - (C) necessitam de ensino especial, diferenciado e suplementar no contraturno escolar.
 - (D) precisam de laudo médico para que os devidos suportes sejam ofertados na educação especial.
 - (E) carecem da presença de profissional especialista de acordo com o disposto no Plano Nacional de Educação.
- 41.** Guilherme, aluno com deficiência intelectual, vem apresentando dificuldades acentuadas para compreender os componentes curriculares relacionados à Matéria e Energia, principalmente em Física e Química. Nesse caso, considerando o documento Currículo Paulista: Etapa Ensino Médio (2020), os conteúdos devem ser
- (A) limitados de acordo com os níveis de aprendizagem do aluno.
 - (B) adaptados, considerando as especificidades do aluno.
 - (C) abordados por meio de estratégias igualitárias de ensino.
 - (D) imutáveis, pois o que se adapta são as estratégias de ensino.
 - (E) universalizados para todos de sua sala de aula.

- 42.** Para Smith (2008), o uso de testes padronizados de inteligência (QI) merecem atenção, uma vez que
- (A) carecem de confiabilidade na previsão de habilidades do indivíduo quando utilizados de maneira isolada.
 - (B) evitam a discriminação de alunos com diversidade cultural e linguística, ao passo que os professores conhecem suas habilidades.
 - (C) são complexos de aplicar e apresentam uma resposta provisória, ao mesmo tempo que impõe ao professor atenção especial ao aluno.
 - (D) fornecem pontuação que pode ser utilizada na proposta de atividades educacionais e adaptações curriculares de médio porte.
 - (E) são superiores a outras formas de avaliação centradas no currículo e desempenho e colaboram para um olhar mais aprofundado sobre os alunos.
- 43.** Para Rodrigues (2020), ao adaptar atividades para qualquer aluno, o primeiro passo fundamental na sequência de ações do professor, para facilitar seu trabalho e a vida do aluno, envolve
- (A) motivar o aluno para a aprendizagem em classe especial.
 - (B) ultrapassar barreiras impostas sobre a escolarização do aluno.
 - (C) ter empatia pelos sentimentos dos pares desse aluno.
 - (D) a análise de todas as características do aluno.
 - (E) organizar métodos e estratégias de ensino diferenciadas.
- 44.** Ana, professora da sala comum, pensando em criar novas possibilidades de comunicação eficaz, tanto para seus alunos com deficiência intelectual como para os demais, tem-se utilizado de adaptações de atividades. Nesse sentido, Rodrigues (2020) assinala que o professor deve ter cuidado em
- (A) ofertar dicas sutis, por meio de elementos gráficos, que o aluno deve encontrar em textos.
 - (B) buscar repetir sempre as mesmas formas de comunicação com fins de criar uma rotina.
 - (C) procurar apresentar vocabulário correto e rebuscado como forma de incentivar a linguagem.
 - (D) evitar o uso de estratégias de comunicação alternativa e aumentativa para evitar a segregação dos alunos.
 - (E) ser criativo, pensando no que faz sentido para o aluno, dentro de sua realidade.
- 45.** De acordo com Rodrigues (2020), nos casos em que o assunto se mostra muito complicado para o aluno com deficiência intelectual, o professor deve adotar a estratégia de
- (A) rever a real importância do assunto no currículo daquele aluno.
 - (B) eliminar o assunto da grade curricular de toda a sala.
 - (C) dividir o assunto complicado em passos menores, mais fáceis de fazer.
 - (D) infantilizar o conteúdo de acordo com a idade mental do aluno.
 - (E) realizar proposta de terminalidade específica para o aluno.
- 46.** Pletsch (2014) ressalta que defesas unilaterais que universalizam somente uma possibilidade de educação para pessoas com deficiência intelectual
- (A) consideram a homogeneidade dos alunos com deficiência intelectual como principal premissa de propostas escolares.
 - (B) acabam excluindo uma parte dos educandos do direito ao acesso a intervenções diferenciadas daquelas oferecidas pelas políticas públicas.
 - (C) promovem o debate de quais alunos podem se beneficiar com propostas de institucionalização.
 - (D) permitem analisar qualitativa e longitudinalmente o impacto das políticas de inclusão na vida dessas pessoas.
 - (E) reforçam a necessidade de modelos de escolas integracionistas com características radicais.
- 47.** Borges (2020) atenta para o fato de que não se deve reduzir a relevância do atendimento educacional especializado, concebendo-o apenas como um espaço físico, mas que pensemos a ação pedagógica do atendimento como
- (A) solução rápida para os problemas pedagógicos e comportamentais enfrentados em sala comum.
 - (B) um instrumento da escola inclusiva e espaço de socialização escolar.
 - (C) algo que efetiva a inclusão escolar por meio do ensino especial a alunos com problemas de aprendizagem.
 - (D) uma das possibilidades de viabilizar a apropriação de conhecimento em contexto escolar.
 - (E) um acolhimento para realização de reforço escolar e suplementação curricular.

48. Com análise da literatura da área em relação ao Atendimento Educacional Especializado, Borges (2020) assinala que um apontamento constante nas pesquisas é a necessidade de
- (A) compreender o imprevisto, enquanto fator positivo e almejado no fortalecimento da ação pedagógica.
 - (B) atuação do professor de educação especial de forma desmembrada do professor da sala comum.
 - (C) incorporar decretos e normativas da integração escolar no projeto político pedagógico.
 - (D) compreensão do que seja o complementar no atendimento educacional especializado.
 - (E) assumir um currículo único e estratégias individualizadas para alunos com deficiência.
49. Joana, professora da sala comum, e Márcia, professora de educação especial, trabalham no modelo de Ensino Colaborativo. Contudo, por vezes, uma tenta impor sua forma de atuação para a outra. Para Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), essa situação pode prejudicar a proposta do modelo adotado ao
- (A) instigar uma parceria forçada em prol dos alunos.
 - (B) centralizar a responsabilidade pelo aluno na professora da sala comum.
 - (C) demonstrar a impossibilidade de adoção do modelo colaborativo.
 - (D) nivelar os saberes das professoras de sala comum e educação especial.
 - (E) retirar a autonomia do parceiro, afetando o aspecto de paridade.
50. Segundo Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), quando o professor de sala comum e o professor de ensino especial atuam em igualdade quanto à liderança e às responsabilidades educacionais dos alunos, tem-se uma relação de colaboração denominada
- (A) equipe de ensino.
 - (B) auxiliar de educação especial.
 - (C) ajudantes de aprendizagem.
 - (D) estação de ensino.
 - (E) mediação colaborativa.
51. Ana, professora do 9º ano, muitas vezes nota que o desafio que a inclusão escolar impõe ao professor do ensino comum é muito grande. Nesse sentido, Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) apontam que esse desafio
- (A) merece atenção e encaminhamento de demandas ao Ministério Público.
 - (B) pode ser superado por meio da realização do atendimento educacional especializado em escolas especiais.
 - (C) demanda apoio de outros profissionais da área de Educação Especial para a construção de práticas inclusivas em sala de aula.
 - (D) impõe aumento de frequência e horas semanais dos alunos com deficiência em sala de recursos.
 - (E) requer revisões e mudanças nas próprias políticas de educação inclusiva e especial.
52. Considerando a inclusão escolar, os autores Coll, Marchesi e Palacios (2004) apontam que é uma característica relevante de um bom docente
- (A) o domínio de múltiplos modelos de ensino, pois a sala de aula demanda abordagens diversas.
 - (B) um afastamento emocional necessário dos alunos, com o fim de não se perder o papel da autoridade docente.
 - (C) o fomento de condutas que gerem coparticipação e dependência dos alunos, pois é no social que se aprende.
 - (D) a preferência por atividades improvisadas, desde que articuladas aos interesses dos alunos.
 - (E) uma comunicação formal e firme, integradora e apta a atender os interesses de todos os alunos.
53. Segundo Coll, Marchesi e Palacios (2004), um dos fatores de êxito da inclusão escolar ocorre quando essa temática é
- (A) planejada de forma análoga em todas as realidades.
 - (B) encabeçada por professores líderes.
 - (C) abordada de maneira global e impessoal.
 - (D) assumida por toda a comunidade educacional.
 - (E) compulsória a todo o corpo escolar.

- 54.** Zerbato e Mendes (2018) apontam que a aprendizagem dos alunos
- (A) condiciona a memória ao desenvolvimento neuropsicomotor.
 - (B) envolve a necessidade de experiências significativas.
 - (C) diz respeito aos aspectos fisiológicos dos comportamentos.
 - (D) é aprimorada com ameaças e desafios.
 - (E) refere-se à maturação das funções psicológicas primárias.
- 55.** Em conversa, uma coordenadora do PEB II afirma que alunos com deficiência intelectual devem estudar na escola regular apenas se apresentarem alguns pré-requisitos pedagógicos que os façam conseguir acompanhar o ritmo e as atividades desenvolvidas pelos outros alunos. De acordo com Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013), essa fala representa
- (A) o cerne da inclusão escolar.
 - (B) a adaptação do meio ao aluno.
 - (C) o problema centrado no ambiente.
 - (D) a perspectiva da institucionalização.
 - (E) a filosofia da normalização.
- 56.** Para Chtena (2016, citado por Zerbato e Mendes, 2018) um bom ponto de partida para a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo envolve a
- (A) elaboração de um currículo que atenda às necessidades, capacidades e interesses de todos.
 - (B) disposição da equipe pedagógica para realização de ajustes curriculares, considerando que cada aluno é único.
 - (C) realização de adaptações curriculares de pequeno, médio e grande porte, com o fim de viabilizar a aprendizagem.
 - (D) necessidade de formação de grupos homogêneos dentro de classes heterogêneas para a vinculação com seus pares.
 - (E) compreensão do professor como única e essencial figura escolar responsável pelo aprendizado de todos.
- 57.** Ao abordar os conceitos de Bernstein, Miranda (em Baptista; Caiado e Jesus, 2010) afirma que as atividades desenvolvidas pelos professores terão um ou outro efeito educativo em função
- (A) do nível de desenvolvimento intelectual do aluno.
 - (B) dos recursos tecnológicos utilizados como suporte.
 - (C) das relações diretivas relacionadas ao nível estrutural da escola.
 - (D) das características específicas das relações que possibilitam.
 - (E) do desempenho escolar da turma e do aluno com deficiência.
- 58.** Uma professora do ensino médio tem se esforçado para conhecer seu aluno com deficiência intelectual, procurando saber de seus interesses pessoais, disciplinas escolares favoritas e quais emoções as atividades escolares despertam nele. Para Rodrigues (2020), essas ações da professora favorecem
- (A) a criação de dependência emocional entre professor e aluno.
 - (B) a exclusão por meio de diferenciação de atividades.
 - (C) a educação no paradigma integrativo.
 - (D) os comportamentos infantilizados do aluno.
 - (E) o estabelecimento de vínculo e empatia.

59. Nunes e Sobrinho (em Baptista; Caiado e Jesus, 2010) pontuam que, no presente século, o conceito de acessibilidade extrapola as barreiras concretas da sociedade, passando a enfatizar

- (A) a identificação de pessoas com deficiências intelectuais e demais deficiências ocultas.
- (B) a eliminação plena e definitiva das barreiras físicas, estruturais e arquitetônicas.
- (C) o direito de ingresso, permanência e utilização de todos os bens e serviços sociais por toda a população.
- (D) a eliminação de barreiras de forma customizada para atender cada modalidade de deficiência.
- (E) a necessária diferenciação de necessidades entre pessoas com limitações motoras e pessoas com outras deficiências.

60. Segundo Coll, Marchesi e Palacios (2004), quando se fala que o aluno com deficiência intelectual possui necessidades educativas especiais, a principal questão alude à necessidade do professor de ofertar uma proposta educacional

- (A) descritiva de sua condição.
- (B) de terminalidade específica.
- (C) diagnóstica e prognóstica.
- (D) estratégica e prática.
- (E) definitiva.

